

## A IMPLICAÇÃO: UM NOVO SEDIMENTO A SE EXPLORAR NA GEOGRAFIA?

*Ricardo Baitz\**

“Perguntar-se-me-á por que, efetivamente, narrei todas essas coisinhas inexpressivas, segundo o modo de ver tradicional. Isto me atormenta, especialmente se estou destinado a refletir sobre problemas mais transcendentais. Respostas: essas coisinhas - nutrição, lugar, clima, devaneios, a casuística total do egoísmo - são infinitamente mais importantes de tudo aquilo que até agora tem sido considerado como importante. É precisamente aqui que convém mudar de método. Tudo aquilo que até agora os homens têm considerado seriamente não é nem mesmo a realidade, não é mais do que imaginação, ou constitui mais precisamente uma ladainha de mentiras, produzidas pelos maus instintos de naturezas doentias, nefastas no mais amplo sentido da palavra; assim como os conceitos de ‘Deus’, ‘alma’, ‘virtude’, ‘culpa’, ‘além’, ‘verdade’, ‘eternidade’... (...) Todos os problemas políticos, sociológicos e educacionais são profundamente falseados desde a origem, pelo fato de se tornarem os homens mais nefastos como grandes homens, ensinando-se o desprezo das ‘pequenas coisas’, isto é, das coisas fundamentais da vida...”<sup>1</sup>

---

\* Geógrafo e mestre em Geografia Humana pelo DG/FFLCH/USP. Advogado pela PUC/SP e OAB/SP. Pós-graduando em Direito Público pela Escola Superior de Advocacia - ESA/SP.

<sup>1</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo*, São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 64.

À exceção de alguns trabalhos, a pesquisa de campo é um pressuposto na Geografia. Transcrição (descrição), representação (Cartografia) e modificação (planejamento) são atividades desempenhadas pelos geógrafos que se remetem, em algum momento, ao trabalho no terreno. Por isto é possível dizer que desenvolvemos, em nossa formação, uma intimidade quase tátil com o campo, sendo-nos um grande prazer a ida ao campo.

Essa intimidade, entretanto, não nos torna totalmente livres nas atividades de pesquisa, pois não vamos, simplesmente, ao campo. A “ida” é precedida de muitas técnicas e tecnologias. Carregamos certos instrumentos, como o diário de pesquisa, e sempre o conhecimento das técnicas e procedimentos da análise.

Tais técnicas hoje estão tão interiorizadas nas múltiplas ciências que se tornaram quase um novo pressuposto, tal como ir ao trabalho de campo, e por isto são esquecidas enquanto um momento histórico do conhecimento, pois foi num certo momento da história que elas surgiram e se proliferaram. Enfim, as conhecidas técnicas científicas se remetem à história do pensamento analítico, que em sua tentativa fugaz de desvendar o mundo, “esquartejou-o” para que houvesse partes a analisar. Caberiam muitas críticas a essa abordagem, mas sua contribuição é incontestável à medida que ela também sofreu um progresso e saiu do estágio primitivo da separação, adentrando a articulação, que foi inicialmente externa e posteriormente interna, chegando à dialética<sup>2</sup>.

Notado haver esse progresso, permanece a crítica ao método da cisão por alicerçar-se na separação entre o sujeito e o objeto, o que é bastante controverso nas Humanidades, onde se sabe não existir uma nítida linha demarcatória entre o território do primeiro e o do segundo (se é que tal linha, em quaisquer ciências, existiu algum dia). Embora contestada, a prática da separação sujeito-objeto infelizmente enraizou-se profundamente no ocidente, sendo aplicada às massas indistintamente. Paulo Freire, para citar apenas o campo da Educação, suplicou pela extinção da educação bancária; ou seja,

---

<sup>2</sup> O apontamento de um progresso no modo de pensar e compreender o mundo não significa que haja uma hierarquia entre os pensamentos. A história demonstra o contrário, pois o movimento de progresso admitiu também o retrocesso, especialmente quando da adoção de formas dogmáticas de entendimento, fantasma que assombra até hoje o pensamento de esquerda.

suplicou para que se pusesse fim à separação entre sujeito e objeto no processo de ensino, no processo do conhecimento. Ele intensamente declarou que o professor e/ou o conhecimento não são sujeitos face aos alunos (que por sua vez não são objetos), mas que ambos estão em relação, indo para além do método analítico na Educação. Embora isso, o professor que se declara aprendiz na sala de aula nos dias de hoje continua a ser visto com suspeição de incompetência e incapacidade tanto pelos alunos quanto pelos pais de alunos ou pelos colegas de profissão... “Professor e aluno não se confundem”, é o que eles dizem, hierarquizando as relações e o próprio conhecimento, respaldando-se e dando um uso à teoria de Piaget que o entristeceria<sup>3</sup>.

Se por um lado na Educação os exemplos beiram ao caricatural (certa vez, durante uma aula um professor declarou-me como forma de retomar sua autoridade no ensino “que o corpo docente não conversa com o corpo discente”), por outro, na pesquisa de campo, nem sempre ficamos atentos às práticas vexatórias impostas pelo limite mais interno desse método calcado na lógica formal. Aproximar-se demais do objeto, tornar-se parte dele, deixar-se invadir pela pesquisa são posições condenáveis ou impeditivas pelo método científico tradicional. O dentista, por motivos óbvios, não trata seus próprios dentes. Mas pode o médico receitar a si mesmo medicamentos (auto medicação)? Seria legítimo advogar em causa própria? Pode um juiz julgar casos no quais reine seus interesses pessoais? A resposta jurídica é taxativamente não. Igual impedimento cabe ao pesquisador que se aproxima por demais do objeto, deixando-se confundir a ele (morar numa tribo para pesquisá-la é permitido; tornar-se índio, nunca - esse seria um princípio da etnografia). Estes e muitos outros casos ferem a denominada objetividade

---

<sup>3</sup> Piaget dedicou grande parte da sua vida a estabelecer as fases do desenvolvimento cognitivo. Assim, ele pôde estabelecer e hierarquizar o que uma criança de 5 anos consegue apreender e aquilo que lhe escapa por questões de maturação cognitiva. Sua proposta, entretanto, não é a de simplesmente estabelecer quais conhecimentos devem se dirigir a cada faixa etária, mas a de desvendar os processos que adiantem essas etapas, permitindo acelerar o ensino de conhecimentos complexos às crianças de menor faixa etária. Ele vislumbra possibilidades, ainda que dentro da grade biológica, daquilo que seria pré-programado no ser humano. Ele, de um modo ou outro, superou sua teoria inicial, sendo esse o mérito de sua pesquisa.

científica, bem como seus estatutos mais internos, e por isso tais pesquisas não são consideradas como verdadeiramente “científicas” pelos juízes, legisladores e políticos das ciências. Esses “representantes” vêm mais que atos bárbaros nessas ações: tratar-se-iam de crimes à ciência, especialmente porque essa hipótese, se levada ao seu limite, significaria a admissão que o homem comum, despreparado das refinadas técnicas de investigação científica, pode também pensar, o que acabaria com a prerrogativa dos cientistas. Sendo nossas ciências espelhos de nossa sociedade (ou melhor, mais um momento de reprodução desta), não poderia ser diferente. Problematizemos, numa visão crítica.

O que fazer, então, quando o objeto bate à nossa porta? E se esse objeto for nossa própria casa, rua ou bairro? Podemos investigar nosso próprio “habitat” (caso corriqueiro numa cidade invadida de operações urbanas, desapropriações, revitalizações...) ou nos auto analisar? A ética nos obriga a tomar distância e a nos afastar desse “contato”, pois estaríamos “contaminados” por emoções e outros sentimentos que ofuscariam a objetividade científica. A cientificidade clássica tem respostas prontas: por seus estatutos, o ideal a ser feito seria confiar o estudo a algum parceiro, que por manter a distância necessária, analisaria melhor a situação, realizando um parecer legítimo da cientificidade. Dizem que o engenheiro que age desse modo na obra da sua casa demonstra que, além de ética, possui amigos de profissão! O que se dirá, então, do médico, do arquiteto, do advogado? O verbo do exercício da profissão sempre se desdobra a um terceiro; nunca é [auto]reflexivo ao profissional que o pratica; enfim, medica-se alguém que não o próprio médico, advoga-se em prol de alguém que não o advogado (proibição da advocacia em causa própria), etc.

A ética, contudo, é uma opção. Ela é instituída por nós, seres humanos “razoáveis”, e nada nos compele a segui-la se aceitarmos os “custos” de sua transgressão. O mesmo vale para a cientificidade. Fazer uma ciência para além do bem e do mal exige, muitas vezes, a transgressão de uma ética que não corresponde mais ao momento em que a própria ciência se encontra! Quando os etnólogos saíram do gabinete e passaram a realizar pesquisas de campo (Malinowski, por exemplo), eles romperam com a ética instituída até então, que se havia transformado na moral científica instituída. Alguns

acadêmicos aplaudiram tal audácia, enquanto outros (a maioria, talvez) condenaram a “nova” cientificidade que rompia com o gabinetismo. Aos poucos tal prática foi assimilada, especialmente porque - e isso é por demais importante - descobriu-se que ela não rompia com a ciência, mas trazia à tona uma nova objetividade; ir ao campo e “senti-lo” tornava mais complexa e completa a pesquisa, além de suscitar questões ofuscadas até então. Tratava-se, enfim, de um magnífico avanço, uma atualização da ciência!

A cisão entre sujeito e objeto tem seus motivos; isto a história elucida. Investiguemos a ética. Ela se realizou objetivando ultrapassar a moral, e para isso concebeu um pesquisador asséptico das impurezas mundanas, que com seus instrumentos abraçaria uma verdade para além do homem comum, homem este que não conquistara até então o estatuto de sujeito, pois sua individualidade encontrava-se dissolvida com o pertencimento comunitário. Quando esse regime quase mitológico caiu, o pesquisador, assim como o rei, ganhou dois corpos<sup>4</sup>, separando o homem mundano (corpo terrestre) do homem racional e celestial (corpo divino, ligado ao exercício da atividade e reinado por uma ordem não humana: a ciência!), habilitando o último a praticar, no exercício da ciência, atos censuráveis à época sem incorrer em crime, adotando o mesmo princípio aplicado hoje aos

---

<sup>4</sup> Narro agora uma experiência pessoal, conveniente ao caso. Na minha primeira atuação como banca de um trabalho científico, me surpreendi com o trabalho em exame: o texto parecia ser redigido por duas pessoas. Nos agradecimentos, a candidata abria seu quarto, com detalhes sobre o horário que trabalhara o texto (sempre feito à noite), a música ambiente (Chico Buarque e Chico Science, dentre outros), as valiosas companhias que tornaram o trabalho possível (do animal de estimação aos pais, irrestritamente), bem como o vivido cotidiano, especialmente o do trajeto do seu ônibus. Passadas essas páginas o texto recrudescia: o outro “eu” da candidata redigia e nele somente a ciência e a autoridade de Milton Santos (o que lhe entristeceria) existiam. Embora trabalhasse bem o corpo teórico daquele autor, faltava-lhe o vigor físico típico da juventude, que curiosamente, fora apresentado nos agradecimentos! Eu não contava com a teoria institucional naquele momento, mas o método de Lefebvre me fora suficiente para identificar o fosso cavado e apontar a necessidade de cessar essa tola separação (ato falho, não percebido). Sugeri que ela fizesse da ciência uma aventura, com o método e a vontade dos agradecimentos.

modernos presidentes de Estados quando do exercício da sua função<sup>5</sup>. Razões às quais, mais que rir, deveríamos aplaudir, vez que na sua ausência a ruim humanidade de hoje poderia estar muito pior, confinada ainda às trevas.

Isso não significa que os ganhos tenham sido suficientes para que nos acomodemos sobre esse degrau. Nietzsche reconhece um ganho enorme ao fato do homem ter aprendido a amar seus inimigos; mas ele é incisivo ao dizer que “O homem que aprendeu a amar seus inimigos deve agora aprender a odiar seus amigos”. É ele que demonstra a necessidade de uma potência, de ir além do seu tempo, de não se acomodar sobre aquilo que não existe - o definitivo. Nietzsche não é circular, mesmo porque “a vontade de sistema é uma falta de retidão”<sup>6</sup>, e é por isto que o verbo odiar não pode ser tomado em seu sentido literal, sob pena de ser um retrocesso. Quem aprendeu a amar seus inimigos não vai simplesmente odiar os amigos. Irá, igualmente, desconfiar deles, ou melhor, vê-los com o olhar atento de quem considera os inimigos e por isso mesmo relativiza os amigos. No nosso caso, não seria legítimo ao pesquisador que em devoção à ciência tiver verdadeiramente aprendido a amar seu objeto possa passar

---

<sup>5</sup> Cf. CAMY, Olivier. Les deux corps du Président. Texto disponível na internet, [www.droitconstitutionnel.net/lesdeuxcorps.htm](http://www.droitconstitutionnel.net/lesdeuxcorps.htm). A cisão apresentada como ilustração pode ser aprofundada, e os geógrafos possuem um objeto privilegiado para esta análise. A história mostra que com o passar dos tempos a casa se destacou da comunidade, tornando a vida do seu interior privada da vida social através, por exemplo, de janelas e cortinas bem arquitetadas que filtram a luz plasticamente, impedindo, de um lado, que o estrangeiro veja o lar, e permitindo, por outro, que de dentro da casa se possa ver a rua. Essa mesma casa aos poucos tem a vida íntima separada da social: a sala de estar, quarto, cozinha e banheiros se separam. E com os múltiplos quartos a vida íntima se autonomiza, tendendo ao individual. Hábitos se modificam, bem como os móveis e sua função. Comer na mesa de trabalho? Que horror! Até os menores espaços tendem a ganhar uma função. Violência às vezes interrompida com a insurreição do uso (SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso in MARTINS, José de Souza. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: HUCITEC, 1996), que liga à força aquilo que foi separado: forma, função, uso, vida íntima, vida social, etc.

<sup>6</sup> “Desconfio de todos os sistemáticos e me afasto de seus caminhos. A vontade de sistema é uma falta de retidão” NIETZSCHE, Friedrich. O crepúsculo dos ídolos (ou como filosofar com um martelo). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 13.

a “odiar” a ciência que o mediou, e de certa forma, impediu por muito tempo sua aproximação? Não seria justo que o pesquisador, tendo conquistado o objeto desejado, passasse a lhe prestar fidelidade e examinasse quais foram os motivos mais internos que o conduziram até lá, de forma aberta, interrogativa, e portanto, desconfiada?

A verdade é que ninguém gosta de ser objeto de análise; nem mesmo as ciências e os cientistas. A epistemologia fez suas tentativas, mas nem todas vingaram e tampouco foram suficientes, e por isso ainda vale, no mundo científico atual, o ditado popular “em casa de ferreiro, o espeto é de pau”. Nem todos estão dispostos a arcar com o peso de suas próprias verdades... Analisar os motivos mais íntimos de uma pesquisa implica deixar se examinar, deslocar o campo de coerência do objeto e incluir-se nele<sup>7</sup>.

É assim que a implicação se põe. Essa palavra-valise significa, em primeira análise, que o pesquisador capaz de examinar um objeto através da separação sujeito objeto pode agora aproximar-se e incluir-se na jornada de pesquisa. Como Hess dita a respeito da primeira acepção do termo implicação:

“No sentido de implicar-se, a palavra implicação reenvia a uma forma de comportamento do pesquisador que tenta romper a distância instituída entre ele e seu objeto.”<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Mais uma experiência pessoal pertinente ao caso: como morador do bairro de Pinheiros há mais de 20 anos, me negava pesquisá-lo dada essa condição. Por andar muito na região, conhecia bem o lugar, o que tornaria (aparentemente) mais simples assumir sua pesquisa. Dois motivos, contudo, me afastavam: o primeiro, subjetivo, de se apresentar como pesquisador de “fundo de quintal”, quando haveria coisas mais importantes a desvendar (!). O segundo, de ordem mais objetiva, era a percepção de que compulsoriamente, para ser fiel ao que acredito, teria que primeiramente desvendar a todos quem eu era, já que durante a pesquisa meu olhar estaria “comprometido”, vez que, como morador, meu olhar era implicado. Hoje vejo com certa vergonha - e graça - esses tolos motivos; mas eles fazem agora parte do passado, estão interiorizados e bem resolvidos vez que de uma forma ou outra tive que lidar com eles durante a pesquisa do mestrado e sua redação. “Para uma egeografia” registra esse momento.

<sup>8</sup> HESS, Remi. Centre et Peripherie, ed. Edouard Privat, 1978, p. 199.

O que não implica um retorno ao que se falsamente convencionou chamar de pensamento primitivo, a saber, o pensamento sincrético, que a tudo mistura impedindo a análise. A implicação significa reunião, e seu pressuposto é a divisão, que deve ser trabalhada de modo a remontar a unidade cindida, agora em outro patamar, de forma complexa, com as partes costuradas pelo seu interior<sup>9</sup>. Implicação significa, primeiramente, que não se pode isolar certas peculiaridades da pesquisa em si mesmas; que o pesquisador faz parte da pesquisa (no campo, ele é mais um elemento do conjunto, portanto, mais um elemento a analisar) e que ele, consciente ou não, está imerso nessa relação e desempenha um mandato social muito especial, algo que discutiremos adiante. Nos termos de Lourau,

“A análise organizacional define a posição do sociólogo-especialista em termos que significam distanciamento em relação ao objeto. A análise institucional, ao contrário, contrapõe a implicação do analista a tal distanciamento. (...) A implicação deseja pôr fim às ilusões e imposturas da ‘neutralidade’ analítica, herdadas da psicanálise e, de modo mais geral, de um cientificismo ultrapassado, esquecido de que, para o ‘novo espírito científico’, o observador já está implicado no campo da observação, de que sua intervenção modifica o objeto de estudo, transforma-o”.<sup>10</sup>

Sabemos que o universo dos pesquisadores não se limita aos quadros formais. Ao lado do pesquisador burguês (aquele, dos dois corpos) temos o intelectual orgânico (Gramsci) e o intelectual comprometido (Sartre). A

---

<sup>9</sup> Convém aqui recuperar o significado do pensamento complexo de Morin. Com a palavra, o autor: “O conhecimento, sob o império do cérebro, separa ou reduz. (...) O problema-chave não é reduzir nem separar, mas diferenciar e juntar. O problema-chave é o de um pensamento que una, por isso a palavra complexidade, a meu ver, é tão importante, já que *complexus* significa ‘o que é tecido junto’, o que dá uma feição à tapeçaria. O pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações.” MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento in PENA-VEGA, Alfredo e NASCIMENTO, Edgar Pinheiro do. O Pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Garamond, Rio de Janeiro, 1999, p. 33.

<sup>10</sup> LOURAU, René. Objeto e método da Análise Institucional in ALTOÉ, Sonia (org.). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec: 2004, p. 83.



implicação conduziria ao intelectual implicado, aquele que se aproxima tanto do objeto que torna ele mesmo parte da sua pesquisa. Intelectual ciente que sua vida não foi um ocaso e que tampouco foi um acaso a escolha do objeto que ele pesquisa. Intelectual, enfim, consciente dos motivos íntimos ou alheios (ainda há mestres que insistem em determinar aquilo que se deve ou não pesquisar) que o moveram a pesquisar e a chegar ao campo<sup>11</sup>.

A exposição desses motivos íntimos faz com que a implicação conduza à intimidade, e a uma escrita mais íntima<sup>12</sup>. É comum nos escritos implicados o surgimento da primeira pessoa, sem que isso seja, contudo, um mero recurso linguístico. Pessoalmente sinto um imenso prazer em escrever diretamente ao leitor, e narrar-lhe certas particularidades (como a minha relação com o campo, com a

---

<sup>11</sup> Quando decidi que minha dissertação seria sobre Pinheiros, tinha a pretensão primeira de demonstrar que esse bairro mudara com o tempo, e que a “aura” burguesa da região seria de um período muito recente. Queria pôr em discussão o violento processo que varreu aquele lugar, higienizando-o e carregando em sua vassoura os amigos com quem durante mais de dez anos convivi. Os colegas do tempo de colégio haviam partido; por motivos diversos não conseguiam mais se reproduzir no bairro que se tornou rapidamente “nobre”, e eu pretendia contar essa história, para dizer que a condição da metrópole é da completa vulnerabilidade da vida, com cada geração se criando em outro lugar, normalmente mais longínquo que o que fora permitido aos seus pais. Com o passar dos dias a pesquisa se demonstrou mais complexa, mas esse foco sempre esteve latente.

<sup>12</sup> Em outra banca, agora de graduação, tive o prazer de conversar sobre o trabalho de um grande amigo. Sua pesquisa, sobre futebol, bastante original, explorava a implicação “in natura”. A escrita, com poucas interdições, fluía como um rio que corre para o mar. Do encontro das águas jorrava energia. Ele praticara, em muitos momentos, o que Lefebvre denominava transdução. O mais explêndido era o fato do texto não ter essa preocupação: a espontaneidade do candidato e a gentileza da orientadora em não interditar sua escrita permitiram à banca o contato com um trabalho extremamente rico e aberto, e, portanto, frágil aos olhares clássicos. Minha intervenção se fez especialmente sobre esse aspecto, apresentando a implicação de modo que ele tomasse conhecimento da beleza do que produzira e tivesse elementos para continuar firme no caminho conquistado. O candidato preenchia todos os requisitos, mas faltava-lhe consciência não do método, mas do quanto sua escrita era provocativa e seu provável rechaço, fosse outra a banca. Cabia-me aprová-lo e apresentar as armas necessárias (implicação, transdução, momentos, deriva) para que ele prosseguisse com êxito a vida acadêmica, coisa que deve fazer, formalmente, em breve, no mestrado.

universidade, com certos colegas) serve-me para uma auto-análise (e a uma auto-crítica), bem como ajuda me a criar parceiros, ao tornar-me um alguém mundano, e portanto, aberto ao mundo. Mas essa escrita, especialmente no meio acadêmico, cria muitos inimigos, onde qualquer menção a si mesmo é tratada como “exibicionismo”, “narcisismo” ou “egocentrismo”; embora seja exatamente seu oposto, pois como o amigo Hess explica,

“Toda escrita, dentro da produção institucionalista, é ao mesmo tempo uma escrita autobiográfica. Falando das instituições, falo também de mim e de minha relação com as instituições. Paradoxalmente, todas as nossas produções teóricas se tornam autobiográficas no momento em que a autobiografia, no sentido tradicional, se torna impossível”<sup>13</sup>.

Como nem todos possuem essa leitura, é muito fácil ser confundido<sup>14</sup>. Em meu mestrado esforcei-me para que cada parágrafo da “Egogeografia” tratasse não da minha história, e sim daquela de Pinheiros, e nem por isso fui poupado por um membro da banca que me rechaçou dizendo que trata-se de *uma egohistória, e sendo eu um autor diminuto, desinteressante a ele*<sup>15</sup>!

---

<sup>13</sup> HESS, Remi. 1978 apud RODRIGUES, H.B.C. Do Arrependimento dos Intelectuais ao Triunfo da Rosa. Análise Institucional francesa, Estado e Direitos Humanos. Psicologia em Revista. Belo Horizonte, PUC/MG, vol. 9, nº 13, jun/2003, p. 100.

<sup>14</sup> A implicação tem como projeto permitir a todos os prazeres da pesquisa. Ela dissolve a condição de especialista do pesquisador comum. Daí de se dizer que a palavra pesquisador precisa ser reinventada com a implicação. Esse é também o motivo das duras críticas dos agrimensores do saber. Bem ou mal eles sabem o que perdem com a implicação, de modo que a palavra “confundido” do texto merece ser relativizada.

<sup>15</sup> Por sua vez, outro membro da banca contribuiu ao perguntar-me sobre uma obra que desconhecia, a Egogeografia de Jacques Levy (LEVY, Jacques. Egogeographie. Paris: Harmattan, 2003). Não tive acesso, até o momento, a essa obra; porém as resenhas que li revelam tratar-se, curiosamente, nem de uma egogeografia, nem de uma egohistória: o livro faz um balanço sobre o que o autor anarquista produziu até o momento, em homenagem aos seus 50 anos de vida, mas a vida em si não está posta em questão (ou análise).

Os detalhes obtusos de como se dá a pesquisa ou sobre como se age no campo arregalam os olhos de muitos amigos, que parecem até hoje desconsiderar como a política e as liguíças são feitas. A chamada escrita sinistra<sup>16</sup> (ou escrita da mão esquerda) deveria propiciar menos objeções que a escrita destra, não fosse o fascínio das ciências pelo acabado, pelo perfeito, pela mercadoria. A verdade é que tanto a implicação quanto a escrita implicada se vinculam mais à teoria dos momentos<sup>17</sup> e à deriva<sup>18</sup> que ao pragmatismo acadêmico. Contra o academicismo que leva o conhecimento a servir o capitalismo, a implicação recupera o pesquisador enquanto sujeito vivo, ativo e festivo. Através da implicação a pesquisa ganha vida, e o pesquisador, prazer ao pesquisar, algo que sentimos ao ler os textos implicados!

---

<sup>16</sup> A escrita canhota, feita de modo quente, é um estilo, e em Centro e Periferia, Hess comenta que “Lefebvre fala de estilo! Para Henri Lefebvre, o que conta, no nível pessoal, não é tanto a moral ou o imoralismo, mas sim o estilo. O estilo é a afirmação de sua particularidade, da sua singularidade, de sua aparência periférica! (...) O estilo é o direito à diferença contra a padronização vinculada ao processo de atomização social generalizada... (...) O estilo é o direito de se dizer, não com as palavras do Centro, mas com as palavras da periferia, isto é, de se afirmar para permitir assim a outrem existir dentro de sua diferença. (...) Esse estilo, o discurso do Estado tentará reduzir ao folclore, à marginalidade, à marginalização”. HESS, Remi. Centre et Peripherie, ed. Edouard Privat, 1978, p. 171 e 172.

<sup>17</sup> Vide a obra de Henri Lefebvre, em especial “La somme et le reste” e “Tiempos equívocos”. Há, na internet, uma entrevista de Lefebvre comentando o momento face a situação situacionista. “Henri Lefebvre na Internacional Situacionista” está no site <http://orbita.starmedia.com/~novosdebates/Lefebvre/Lefebvre2.htm>.

<sup>18</sup> A Deriva é uma prática espacial desenvolvida, dentre outros, pela Internacional Situacionista. Ela aparece em diversos escritos situacionistas, em especial na revista de vanguarda Potlach. Esses textos, de domínio público, estão na internet, alguns já traduzidos para o português. É o caso de “Teoria da Deriva”, de Debord. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/03/348635.shtml>.

## PESQUISADOR IMPLICADO

“No sentido de ‘estar implicado’, a palavra implicação remete aos múltiplos pertencimentos institucionais de uma pessoa. Tais pertencimentos implicam a pessoa, isto é, determinam lá e acolá, ainda que inconscientemente.”<sup>19</sup>

Falemos agora mais sobre o mandato social do pesquisador. É necessário primeiramente lembrar que a ciência, nos seus primórdios, servia de diversão a uma elite, especialmente quando o assunto era “como os outros povos agem” (alguns etnólogos preservam essa tradição, mas agora pesquisam “o outro” no quintal de suas casas: o melhor exemplo são os guetos urbanos). Adiante, lembremos que esse divertimento não era fortuito: o conhecimento sempre foi usado para os mais diversos fins, inclusive como um facilitador de dominações, o que expande o conjunto das “ciências aplicadas”. Diferentemente do que julgavam muitos dos nossos antecessores, a ciência não é neutra, e muitos pesquisadores inteligentíssimos se desculparam publicamente pelo uso dado aos seus estudos. Daí de existir um arrependimento dos intelectuais. Se estivesse vivo, Marx não se arrependeria de ter escrito parte de suas obras<sup>20</sup>? Afinal, seu meticuloso trabalho demonstrou qual era a tendência do capital; o que também possibilitou que a ciência econômica e política desenvolvessem um freio ou contorno a tal tendência. Enfim, há uma contra-transferência do saber, e é necessário desvendar - ou ao menos indagar-se sobre - quem usará esse novo “produto”<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> HESS, Remi. *Centre et Peripherie*, ed. Edouard Privat, 1978, p. 199.

<sup>20</sup> Os escritos de Marx foram realizados, em sua maior parte, fora da universidade. A própria linguagem era anti-acadêmica, e objetivava a transformação do mundo, e não apenas seu entendimento. As academias demoraram - e muito - a incorporar o marxismo, e quando disso, fizeram ao seu modo, utilizando-o das mais diversas formas.

A implicação assume que a ciência e o conhecimento não são neutros, e abre a possibilidade ao pesquisador para que ele rompa seu mandato social e faça uma pesquisa política às avessas, vez que seus estudos serão aplicados de uma forma ou outra. A implicação, voltada à análise da relação do pesquisador com a ciência, investiga e descobre os atos falhos da pesquisa. Ela desvenda que o pesquisador comum é mais um espelho social, que seu estudo tem um uso: reproduzir essa mesma sociedade. Mas o mundo é possibilidade, e não determinação. Esclarecido de seu caráter reprodutor na sociedade, o pesquisador implicado muitas vezes se rebela e nega o exercício desse papel no seu sentido mais estrito. Abro um parêntese: para a Análise Institucional o pesquisador encontra-se em relação com a Instituição. Ele é originalmente o Instituinte, aquele que cria a instituição (sempre móvel) e/ou aquele que almeja se instituir (institucionalização). Existe também um terceiro termo, o instituído, termo forte porque existente, que tende a centralizar todas as relações entre o instituinte e a instituição, de modo a se auto-reproduzir quase que infinitamente, como uma verdade absoluta. Esses três termos estão em relação, e em metamorfose. O instituinte de hoje pode vir a ser o instituído de amanhã, o que relativiza a noção de instituição. “Com seus três momentos: instituído, instituinte e institucionalização, o conceito de instituição inscreve-se como instrumento de análise das contradições sociais”<sup>22</sup> e passa a ter seu

---

<sup>21</sup> O exemplo, evidentemente, deve ser tomado de forma jocosa. Nós, pesquisadores burgueses, somos prepotentes. Damos ao nosso pensamento uma potência que ele não tem: a de conduzir o mundo. O processo não é guiado por homens com plena ciência do que fazem, como muitos acreditam. Tampouco nossas ciências, construídas sobre esse pilar, realizam-se por completo, “atingindo o alvo” vislumbrado à frente. O processo tem seus meandros, e é o pensar admitindo esses meandros que divide os cientistas entre materialistas e idealistas. Digo com isto que o pensamento não se realiza, como querem os amigos idealistas, objetivamente. Não se molda a realidade tão facilmente quanto uma pedra de sabão. O inverso (determinismo) é igualmente difícil de sustentar. O pensamento e o concreto devem ser trabalhados em relação; sob essa condição, ambos são tomados em transformação e se tornam simultaneamente produtos e produtores, o que relativiza idealismo e materialismo vulgar sem cair no ecletismo. Enfim, a superação dessas formas precedentes do pensar se dá através da abolição das unilateralidades e inserção da relação em termos dialéticos, um terceiro termo.

<sup>22</sup> LOURAU, René e LAPASSADE, Georges. Chaves da Sociologia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p.147.

sentido histórico avaliado. A instituição é por vezes negada. O negativo dialético faz surgir o novo, e reportamos aqui a uma nova instituição, que se apresenta enquanto virtualidade para o instituinte, que não desiste da necessidade de se instituir. Se a instituição existente não lhe é suficiente, que se criem novas: esse é o sentido do seu agir. Fecha-se o parêntese.

Ele deixa, assim, de ser um capitalista do conhecimento. Nos casos mais extremos ele reivindica sua condição de indivíduo e esconde certos conteúdos. Em nossa sociedade, somente os loucos deixam-se invadir em sua mais profunda intimidade. Seria justo exigir que os pesquisadores escrevam tudo aquilo que descobrem, mesmo se esses conteúdos forem favoráveis àquilo que ele busca combater, e portanto, contributivos a uma aceleração do processo em andamento? Discutir a pesquisa com amigos selecionados é coisa bem distinta de redigir e depositar em biblioteca pública. Estar implicado é também esclarecer-se dos seus pares, que nem sempre estão na academia.

## IMPLICAÇÃO SEM LIMITES E SOBREIMPLICAÇÃO

Como mencionei anteriormente, existe um vínculo muito forte entre implicação, teoria dos momentos e deriva. O que mais me agrada, nessas três formas complementares e associadas de pesquisar, é que todas remetem ao pesquisador enquanto um sujeito ativo no campo. A experiência implicada é muitas vezes dramática, pois quanto mais se implica mais se deseja implicar-se. A verdadeira implicação, orgânica, é percebida pelo corpo como um prazer.

Quando se interrompe um momento, uma deriva ou uma implicação? Nós desconfiamos quando o momento acabou, quando a deriva não é mais produtiva, ou quando a implicação cessou; mas nem sempre aceitamos esse fato. A tentativa de prolongar por demais uma deriva ou de implicar-se irrestritamente nos traz grandes perigos. A revista da Internacional Situacionista, em 1958, expôs esse tema quanto à deriva de Ralph Rumney, que em sua tentativa de desvendar a cidade foi vencido por Veneza<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> “Veneza venceu Ralph Rumney” in JACQUES, Paola Berenstein. *Apologia da Deriva*. Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2003, p. 78.

Com a implicação não é diferente. Alguns colegas acabam se esquecendo de seus próprios corpos e passam a implicar-se a todo custo, abandonando a necessária espontaneidade do método. Confundem implicação com o grau de ativismo ou comprometimento (a ser medido, em horas ou em dinheiro!) em certa tarefa ou instituição. Ranço moral e imoral: há casos registrados de participação mecânica e de participação feita à força!

Algumas vezes parece existir uma competição entre quem participa mais. Fala se tanto de implicar (quando se quer dizer participar) em certas rodas que se esconde o real sentido do termo<sup>24</sup>. Implicar-se não é participar do partido político de manhã, das reuniões do departamento à tarde e da política estudantil à noite, como se fosse bonito trabalhar ou implicar-se à exaustão (sobretrabalho e sobreimplicação<sup>25</sup>). Lourau, após classificar atos como esse de sobreimplicação, analisa que

“Do ponto de vista da análise institucional, a sobreimplicação não só produz sobretrabalho, estresse rentável, doença, morte e mais-valia, como também cash-flow - benefício absolutamente nítido consagrado

---

<sup>24</sup> “Falar muito de si mesmo pode ser também um modo de se esconder”. NIETZSCHE, Friedrich. Além do bem e do mal: prelúdio de uma filosofia do futuro. São Paulo: Hemus, 1976, p. 102. “Se o sistema fala de implicações, é para impedir que sejam desveladas. ‘Implique-se, reimplique-se, porém não analise suas implicações’, faz dizer Guigou ao sistema”. LOURAU, René. Implicação e sobreimplicação in ALTOÉ, Sônia (org). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. Hucitec: São Paulo, 2004, p. 189.

<sup>25</sup> “A sobreimplicação é o plus, o ponto suplementar que o docente atribui ao trabalho do aluno se encontra esmero em seus cadernos (foi assim que minha filha trouxe para casa, triunfalmente, um 21 sobre 20 em matemática, matéria que ela já brilhava). A sobreimplicação é composta igualmente de virtudes exigidas dos empregados, hierarquizadas em grades de avaliação. (...) Trata-se de exigir um suplemento de espírito, garantia de um sobretrabalho diretamente produtor de identificação com a instituição e indiretamente produtor de mais-valia em favor do empregador - e não em favor do trabalhador coletivo, cuja cooperação repousaria minimamente, ainda e sobretudo, na resistência. É a autogestão ou a co-gestão da alienação”. LOURAU, René. Implicação e sobreimplicação in ALTOÉ, Sônia (org). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. Hucitec: São Paulo, 2004, p. 192.

ao reinvestimento e, portanto, ao crescimento indefinido da empresa-instituição” (...) A morte por trabalho não deveria espantar os pesquisadores sobreimplicados no trabalho do conceito de implicação!”<sup>26</sup>

Implicar-se não é separar algumas horas do dia para um assunto. Implicar-se é estabelecer uma relação muito íntima com o objeto, sem se remeter à noção de distância tradicional. Não é por menos que René Lourau se dizia Analista Institucional em período integral, vez que sua implicação com a profissão o obrigava a refletir, 24 horas por dia, todos os dias do ano. Tanto que sua obra *Sociologue à plein temps* (Epi, 1976), “aspirava a mostrar que não se faz sociologia das oito horas ao meio-dia, e das quatorze às dezoito horas. O objeto do sociólogo o atravessa: ele é parte de seu objeto, tanto de dia como à noite. Por definição, a escolha do ofício implica ‘tempo integral’.”<sup>27</sup>.

A implicação enquanto um movimento é percebida durante todo o dia. É um aproximar-se vivo, que contraditoriamente obriga a um distanciamento igualmente vivo. Como dito no começo desse artigo, a implicação pressupõe a cisão, e um dos seus perigos é o retrocesso ao pensamento sincrético. Implicar-se sem as devidas ressalvas é viajar sem planos de volta, é deixar de ser pesquisador, e de certo modo, desistir da idéia de progresso e superação possível contida na dialética positiva.

Às vezes a implicação é interrompida para que se redija o texto “destro”, compondo a tese, o livro, o artigo... Momento necessário mas frustrante, especialmente quando se está por demais envolvido com o assunto e se é obrigado a congelá-lo em vez de perseguir seus desdobramentos. Mas essa interrupção, tão custosa, é momentânea. A escrita destra é apenas uma etapa da pesquisa - e talvez a mais custosa e menos prazerosa dentre todas. Se feita de bom modo é capaz de demonstrar ao leitor que o redator encontra-se envolto, que não deixou de implicar-se, e portanto, que aquele momento não é um aparte da sua vida. O leitor se envolve na trama, se põe a pensar, a concordar e discordar, a ter uma atitude

---

<sup>26</sup> LOURAU, René. Implicação e sobreimplicação in ALTOÉ, Sônia (org). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. Hucitec: São Paulo, 2004, p. 195.

<sup>27</sup> HESS, Remi. O movimento da obra de René Lourau in ALTOÉ, Sônia (org). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. Hucitec: São Paulo, 2004, p. 28.



ativa frente ao texto. Essa é a tentativa - e isso percebemos muito cedo - de muitos escritos socialistas<sup>28</sup>.

Feito o registro, a implicação continua. Mesmo porque nos inquietamos e descobrimos muitas outras coisas entre o depósito do texto e sua publicização (seja a banca de defesa, seja a publicação). De modo que seria justo falarmos, quando da apresentação de qualquer texto, sobre as inquietações surgidas entre sua redação e o momento atual, expondo o “estado da arte” - e não o registrado - à banca e aos ouvintes da ocasião. E existem tentativas nesse sentido!

A implicação, invadindo o pesquisador, se desdobra sobre a relação entre o candidato e a banca, para terror de ambos. Quem analisa quem, nessa situação? Quem aprova quem, agora? Às vezes uma relação de poder se instaura, possibilitando a Análise Institucional e até mesmo a intervenção socialanalítica. Outras vezes o diálogo flui, a banca se põe na condição do candidato e adentra seu trabalho, se implica... Comumente ocorre os dois, e ambos casos podem conduzir a momentos...

## IMPLICAÇÃO E PEDAGOGIA

No início deste artigo mencionei Paulo Freire e seus suplícios por uma educação que colocasse conteúdos, educando e educador em relação, suprimindo as hierarquizações no ensino. A Análise Institucional há muito se debruçou sobre esse tema, e o acervo institucionalista é hoje bastante amplo nesse campo. Respostas definitivas? Não, elas não existem. Mas há apontamentos. A implicação é uma delas. Esse método não-diretivo traz em seu bojo a possibilidade de todos serem pesquisadores, pois à medida que ela dita que aspectos mínimos e íntimos do pesquisador podem - e devem - vir à tona, todas as pessoas são convidadas a fazer ciência, a serem cientistas, e o importante: a refletir sobre essa atividade. É um duro golpe à ciência burguesa e aos pesquisadores de sangue

---

<sup>28</sup> “A definição tradicional da socialanálise está a seguir: ‘Análise institucional em situação de intervenção’. Esta fórmula poderia ser substituída pela seguinte: ‘A socialanálise é, em situação, a análise da instituição *intervenção*’.” HESS, Remi. Centre et Peripherie, ed. Edouard Privat, 1978, p. 213.

puro. Golpe que se torna fugaz quando desdobrado na segunda etapa da pesquisa, a saber: a exposição<sup>29</sup>.

Tornar o texto sinistro (também chamado de Extra-Texto - ET), redigido no campo, às pressas, sem o tratamento e o polimento costumeiros em texto expositivo é, nos dizeres de Lourau, um “empreendimento de peso”. Empreendimento voltado a demonstrar que a exposição é montagem, e que sua feitura não existe sem o processo que a precede, que é cheio de dúvidas, brechas, indagações não resolvidas, conduzido dialeticamente com avanços e retrocessos. Pessoalmente vejo tal prática com bons olhos. Sua prática é compatível com uma universidade de massas, como as de hoje. Posição que defendi em 2004 (*Egogeografia*, p. 9), dois anos antes de ter acesso ao “Produzir sua obra: o momento da tese”<sup>30</sup> de Remi Hess, que é um belo manual a todos envoltos com a produção do conhecimento. A propósito desse livro, um momento quente do texto é o da página 75 e seguintes, onde Hess, após ter apontado as transformações universitárias com o advento das massas na França (redução de prazos para mestrados e doutorados, aumento do número de inscrições e conseqüentemente do trabalho do professor, impossibilitando atuar do “modo antigo”, tal como Lefebvre fez com ele), apresenta alguns dispositivos que tornam possível o trabalho digno nessas condições. Estes envolvem, direta ou indiretamente, a exposição de certa individualidade como condição de uma ajuda possível. Além das reuniões coletivas (necessárias nas massas), Hess aposta na escrita individual (de volta à implicação) de modo a “recriar uma pedagogia onde o sujeito tenha o direito de utilizar seu tempo de formação para se construir enquanto pessoa e cidadão”<sup>31</sup>. Ele incentiva seus alunos a tentarem “exprimir alguma coisa que faça com que sua inscrição em tese não seja uma coisa burocrática, mas uma real entrada na escrita”.

---

<sup>29</sup> É Lefebvre quem indica, a respeito do método mais clássico, que “após a análise, vem a exposição. Se esta se realiza com êxito, a vida do objeto considerado e o movimento da matéria estudada refletem-se nas idéias expostas. A tal ponto que os leitores imaginam, por vezes, encontrar-se perante uma construção a priori do objeto”. LEFEBVRE, Henri. *O Marxismo*. Portugal: Livraria Bertrand, 1975, p. 35.

<sup>30</sup> HESS, Remi. *Produzir sua obra: o momento da tese*. Brasília: Liber Livro, 2005.

<sup>31</sup> HESS, Remi. *Produzir sua obra: o momento da tese*. Brasília: Liber Livro, 2005, p. 79.

## IMPLICAÇÃO E “FOCO” NA PESQUISA

Alguns parágrafos atrás mencionei o pensamento complexo de Morin. Poderia ter invocado o rizoma de Guattari e Deleuze (Mil platôs: Rizoma). A implicação, à medida que se abre a todas as condições da pesquisa e do pesquisador, teria similiaridades com esses métodos? A resposta é sim e não. Na verdade, os “padrinhos” da implicação e da análise institucional não desconsideravam a obra desses três autores. Guattari é tido, inclusive, como um analista institucional, e Morin, por sua vez, é mencionado diretamente por Lourau. Essa proposição nem lhes foi levada a sério, já que para eles o conhecimento seria, antes de mais nada, social. O que torna a busca da paternidade algo sem grande importância.

É possível, entretanto, perceber uma grande diferença entre esses pensamentos. Em especial quando de sua utilização pelos pesquisadores. O pensamento complexo, muitas vezes deturpado, é compreendido como somatória de retalhos, transformando o empreendimento em um “vale-tudo”, vez que qualquer coisa compulsoriamente se remeteria a outra (como o exemplo é quase caricatural, obrigo-me a registrar que Morin não trabalha dessa forma; outrossim sua teoria é, às vezes, assim interpretada). A conjunção “e, e, e, e, e...” de Guattari e Deleuze também é tomada desse modo em muitas ocasiões, embora com menor frequência. Horizontaliza-se por demais, abraçando o mundo, e esquece-se de verticalizar alguns dos pontos mais sérios, críticos.

A implicação, por sua vez, corre o mesmo risco. Se tomada de qualquer modo conduz a certas extravagâncias: somatórias que nunca se concluirão e cifras que pouco informam. Seu pilar, entretanto, se bem explorado e compreendido, evita esses desdobramentos. A análise implicada é feita sobre uma relação: relação entre o pesquisador e o objeto, entre o pesquisador e as instituições, entre o pesquisador e a ciência... A aproximação se faz como combate à propensa (e inexistente) neutralidade e é revelada como forma de se obter maior objetividade.

Relações que espelham as bases da nossa sociedade, as quais Lourau, com seu bom humor, enaltecia aos colegas, com seriedade:

“Não esquecer nunca a base material, nem a ideológica, mas tampouco a base libidinal...”<sup>32</sup>

A frase não é nada exaustiva, mas estabelece um pensamento triádico combinando marxismo e psicanálise, num estilo que lembra bastante Oswald de Andrade quando da sua fase filosófica (vide Marx e Freud na utopia antropofágica). Com olhar atento às relações sociais e a sua forma de se reproduzir, a implicação admite a conjunção “e, e, e, e...” sem encerrar-se sobre um quadro mural sem hierarquias, disperso. Ao contrário: seu projeto é anti-hierárquico, e por isso põe em relevo todas as formas hierárquicas, as subordinações e, por assim dizer, os constrangimentos desse mundo, visando à superação. Os fragmentos suscitam o todo, e o banal conduz, fio a fio, lentamente, ao essencial.

É ao mesmo tempo fascinante e perturbador notar que as pesquisas implicadas desembocam em um núcleo quase comum<sup>33</sup>. Por que? A questão se desdobra em alternativas:

a) Os pesquisadores implicados sofrem, todos eles, de uma mesma patologia;

b) A implicação desses pesquisadores tem conduzido acertadamente a um denominador a ultrapassar, sendo o volume das obras e os anos de pesquisa somados a expressão do tamanho do obstáculo a ser transposto;

c) Alternativas A e B estão corretas.

---

<sup>32</sup> LOURAU apud MARTIN, Alfredo. René, analisadores históricos, loucas da praça de maio... in ALTOÉ, Sonia e RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. SaúdeLoucura 8: Análise Institucional. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 174.

<sup>33</sup> O núcleo ao qual me refiro - e nego a explicitar - não nos é exclusivo. Muitos outros pesquisadores já se debruçaram sobre seu tema. Além dos autores citados, esse núcleo é tema quase central da obra dos situacionistas e de Raoul Vaneigem, ainda vivo e ativo. Oswald de Andrade é outro autor importantíssimo, especialmente por ter feito da sua vida uma luta mortal contra todas as formas desse núcleo.

## A [IM]POSSIBILIDADE DA IMPLICAÇÃO

“Também considero a impossibilidade da implicação, assim como considero a da deriva. O urbano e as instituições parecem exigir de nós condutas menos claras, mais traiçoeiras... é para pensar. É como se todos nós devêssemos ser transgressores também, como uma exigência atual”<sup>34</sup>

Após essas laudas, o leitor persistente certamente deve estar se indagando sobre a possibilidade da implicação. Minha pequena experiência permite afirmar que, enquanto uma técnica de pesquisa, ela contém todos os elementos para que as coisas dêem errado. Paradoxalmente é por isso que a implicação funciona! Até mesmo o pesquisador implicado se dá conta dos “problemas” (palavra propositalmente ambígua) atuais da implicação em seu meio, bem como a maneira de contorná-los<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> E-mail de Flávia Elaine Silva a respeito de uma versão desse texto, datado de 30 de maio de 2006.

<sup>35</sup> Minha pesquisa implicada sobre Pinheiros em um dado momento naufragava. Pessoas próximas, como meu irmão, rebatiam a idéia, expondo especialmente o risco de aquele trabalho ser confundido. A situação agravou-se e beirou o insuportável. Foi quando me conscientizei que o texto até então preparado (três capítulos) corria sérios riscos de ser interpretado erroneamente, e a solução foi iniciar outra dissertação, menos implicada, e portanto, menos comprometida. O assunto continuava a ser Pinheiros, mas o olhar deveria ser estrangeiro, com suas decorrências. O tempo era escasso, mas consegui concluir antes do prazo limite. Tranquilo por ter finalizado a dissertação, acabei por me sobreimplicar: retomei o texto implicado até que ele fosse concluído; não como havia concebido originalmente, mas dentro das possibilidades. Tracei uma maneira de entregá-lo como uma dissertação de mestrado, e com a permissão da orientadora (uma recompensa por ter feito direito o dever de casa?), o fiz. Essa foi a forma, nada polida, que encontrei de contornar a instituição quando do meu mestrado. Defendi, por assim dizer, duas dissertações, imaginando a possibilidade de ser, como Oswald, reprovado pela audácia. Fui aprovado com distinção não por minha performance no dia (sempre fui contra esse tipo de exposição), mas como reconhecimento do esforço em pensar e pelas novidades reveladas na pesquisa. Todo esse percurso me fora extraordinário, vivo, pulsante. As dificuldades foram superadas pelo prazer, e o que resgato dessa experiência é uma admiração irrestrita daqueles que gentilmente me aceitaram enquanto uma experiência, enquanto um devir, enquanto minha obra. O agradecimento se volta especialmente ao professor Dieter e à Amélia Luisa.

A implicação encontra-se entre o possível e o impossível, eis a verdade. Ela não se realiza por completo, pois isso só se dará em outros tempos - muito almejados. Tal efetividade pressupõe outra ciência, com outros obstáculos a superar que não os atuais. A distância, entretanto, não nos exime de pôr o projeto na pauta do dia. Ao contrário. Ela evoca, “sobretudo, uma sombria guerrilha, cheia de emboscadas, fugas e camuflagens imprevistas, uma guerrilha onírica [grifos nossos, FES e RB] da qual estão excluídos o princípio da identidade e outras garantias aristotélicas, tornando definitivamente irrisórias as antigas estratégias em termos de programas, de disputas eleitorais ou de ‘unidade de ação’ [o exemplo é político, mas o leitor saberá adaptá-lo ao contexto científico. RB]”<sup>36</sup>

## ENCERRAMENTO

Como encaminhamento, encerrarei expondo minha implicação nesse texto. Além dos fatores externos (vide “Gênese do texto”) e do meu envolvimento com o tema, motivei-me a escrever sobre a implicação por suspeitar que a situação na qual as ciências se encontram desde o final do século XX não é boa. O século XX que uso é tomado de maneira plástica, como vários historiadores fazem: ele acabou bem antes do ano 2001. Assim, a situação que menciono já dura mais de uma década.

Redijo essa parte do texto sentado num banco da Faculdade de Direito; portanto, meu olhar parte agora daqui. As andanças pelas bibliotecas e livrarias especializadas revelam que muita coisa aconteceu nos últimos tempos. Quantitativamente, o número de trabalhos cresceu e o tempo que cada aluno passa no curso diminuiu; esse dado, desdobrado sobre o número quase constante de professores, revela um aumento do número de alunos por orientador, sobrecarga de trabalho etc. Qualitativamente se percebe uma mudança nos temas (algo que certos orientadores aceitam mais facilmente que outros) quando não de abordagem dos temas recorrentes. Algumas pesquisas são invadidas de ecletismo. Contudo,

---

<sup>36</sup> LOURAU, René. O instituinte contra o instituído *in* ALTOÉ, Sônia (org). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. Hucitec: São Paulo, 2004, p. 65.

inquieta-me - e eis aqui minha maior implicação - o aumento de certo pragmatismo no Direito, fenômeno que não lhe é exclusivo (convido o leitor a fazer suas próprias pontes e mediações quanto à situação da Geografia). Eis aqui a crise da reprodução. Nos últimos tempos tornou-se tão difícil produzir qualquer coisa que se passou a simplesmente reproduzir tudo - inclusive pesquisas - em escala ampliada<sup>37</sup>.

O problema já sério, quanto à prática, agora adentra a teoria. Em certos casos parece não haver possibilidade outra senão a de reproduzir a teoria existente. Mas qual é o sentido da citação quando ela é feita mecanicamente? Em 1969 Lefebvre nos alertou sobre o ciberantropo<sup>38</sup>. Ele vestiu novas roupagens, se atualizou e está agora entre nós. Mais perfeito que os antropos, sua linguagem, sempre correta, elegante e límpida, encanta<sup>39</sup>. Ele é igualmente mais eficaz no emprego dos conceitos e os articula melhor, esquivando-se de falar em seu próprio nome. Que não se enganem aqueles que se julgam por demais espertos. O ciberantropo também é capaz de levar mais adiante tudo aquilo que nós já produzimos “classicamente”: sua reprodução é uma reprodução ampliada, e não de uma reprodução simples.

De volta à Geografia, essa simpática ciência que tanto nos agrada, parece-me que ela mudará bastante com a chegada desse elemento. Já tem mudado. Daí a hipótese que ela, tal como conhecemos, desapareça. É o que impõe a Geografia ciberantropa. A luta territorial não admitirá qualquer convivência pacífica.

Se a tendência se confirmar, em breve a “antropogeografia” que conhecemos travará seus combates e perderá as batalhas iniciais. Como o inimigo encontra-se no interior (a cibergeografia esteve, desde longa data, contida na Geografia), tal luta se modificará e passará a ser subterrânea. A batalha do tudo ou nada chegará, e para que se tenha chances de vitória será necessário que ela se despoje do seu estatuto de nobreza. Terá então que se reinventar nas diversas batalhas, e surpreender o inimigo com novas armas, dentre

<sup>37</sup> O que apresento é uma tendência percebida; tendência não se efetivou, é preciso ressaltar. E mesmo quando ela se efetivar, haverá resíduos que escorrerão por suas grades, como a história tem demonstrado.

<sup>38</sup> Vide LEFEBVRE, Henri. Posição: contra os tecnocratas. São Paulo: Documentos, 1969.

<sup>39</sup> Vide Esquecer Foucault de Jean Baudrillard (BAUDRILLARD, Jean. Esquecer Foucault. Rio de Janeiro: Rocco, 1984).

elas a implicação. Essa última será igualmente reinventada, sob pena de, estancada, servir ao inimigo. Esta é uma visão bastante pessoal, particular, e sua apresentação se faz como uma espécie de “provocação”. Não sou apocalíptico, como crêem colegas desavisados.

## PROPOSIÇÕES

O passar dos dias encarregou-se de pôr um fim a esse artigo. Ele precisa ser entregue, e embora isso tenciono-me a refletir outros tópicos. Comentarei dois deles, na impossibilidade de sua redação. O primeiro seria sobre a implicação e a questão da “estabilidade” da pesquisa. O outro, sobre o preço da implicação.

Planejava, para discutir o primeiro item, recuperar um colóquio transcrito para o português em 1971, onde Henri Lefebvre apresenta sinteticamente o conceito de estrutura em Marx<sup>40</sup>. Ele habilmente demonstra que o marxismo não refuta a estrutura; que ela de fato existe, mas é móvel. Algo semelhante acontece com a pesquisa. Em alguns momentos ela necessita de uma forma e tende a ganhar uma estabilidade. Estabilidade parcial, pois a pesquisa se desloca e coloca novas questões mesmo durante seu registro. A discussão desse tópico se voltaria, assim, à estrutura, sua estabilidade e o movimento.

Quanto ao segundo item, planejava recuperar um texto já citado, sobre o arrependimento dos intelectuais. No sistema capitalista tudo tende a ganhar um preço, e o custo de certa irreverência na pesquisa é bastante alto. Não ser tomado como uma pessoa séria por certos colegas é algo comum. HESS, em seu “Produzir sua obra”, comenta que a Análise Institucional francesa nos círculos acadêmicos foi tida por muito tempo como uma coisa de “maluco”. A repulsão pode levar ao ostracismo. Mas os parceiros surgem, e dos lugares menos esperados. A aceitação da implicação parece ser maior fora da academia, fora dos círculos de especialistas. Fora dos bunkers institucionalistas as coisas são mais difíceis; mas

---

<sup>40</sup> LEFEBVRE, Henri. O conceito de estrutura em Marx in BASTILE, Roger (coordenador). Usos e sentidos do termo “estrutura” (nas ciências humanas e sociais). São Paulo: Herder, Universidade de São Paulo, 1971, p. 101-107. Agradeço a Carlos Eduardo Silvério Barbosa pela localização dessa obra.



não impossíveis. Por isso tenho levado, pessoalmente, alguns sacos de areia para formar trincheiras no Direito (de onde redijo hoje esse texto) e na Geografia (à qual pretendo regressar, em breve). Toda ajuda nesse sentido é bem vinda.

Esses breves parágrafos devem auxiliar o leitor a refletir sobre suas próprias implicações e a praticá-las. O convite está feito.

## BIBLIOGRAFIA

ALTOÉ, Sônia (org). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. Hucitec: São Paulo, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. Esquecer Foucault. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

BAITZ, Ricardo. Para uma Ego geografia - Pinheiros: aspectos de um bairro metropolitano vol. 2 (dissertação de mestrado). São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2004.

BAITZ, Ricardo. O Metrô chega ao Centro da Periferia: Estudo do Concurso Público Nacional de Reconversão Urbana do Largo da Batata e da Operação Urbana Faria Lima em sua nova fase. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2004.

DEBORD, Guy. Teoria da Deriva. Internet, <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/03/348635.shtml>.

HESS, Remi. Centre et Peripherie, ed. Edouard Privat, 1978.

HESS, Remi e SAVOYE, Antoine (coord.). Perspectives de l'analyse institutionnelle. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.

HESS, Remi. Le lycée au jourd le jour: Ethnographie d'un établissement d'éducation. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989.

HESS, Remi. La socianalyse. Paris: Universitaires, 1975.

HESS, Remi. Produzir sua obra: o momento da tese. Brasília: Liber Livro, 2005.

JACQUES, Paola Berenstein. Apologia da Deriva. Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2003.

LEFEBVRE, Henri. Posição: contra os tecnocratas. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. Henri Lefebvre na Internacional Situacionista. Internet, <http://orbita.starmedia.com/~novosdebates/Lefebvre/Lefebvre2.htm>.

LOURAU, René e LAPASSADE, Georges. Chaves da Sociologia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LOURAU, René. Le journal de recherche: Matériaux d'une théorie de l'implication. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.

LOURAU, René. Implication Transduction. Paris: Anthropos/Economica, 1997.

LOURAU, René. La clé des champs. Une introduction à l'analyse institutionnelle. Paris: Anthropos/Economica, 1997.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento in PENA-VEGA, Alfredo e NASCIMENTO, Edgar Pinheiro do. O Pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Garamond, Rio de Janeiro, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. O crepúsculo dos ídolos (ou como filosofar com um martelo). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. Ecce Homo, São Paulo: Martin Claret, 2001.

RODRIGUES, H. B. C. Do Arrependimento dos Intelectuais ao Triunfo da Rosa. Análise Institucional francesa, Estado e Direitos Humanos. Psicologia em Revista. Belo Horizonte, PUC/MG, vol. 9, nº13, jun/2003.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso in MARTINS, José de Souza. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: HUCITEC, 1996.